

A PRESENÇA NOBRE NO DOURO-SUL (SÉC. XIII): BREVE APRESENTAÇÃO DE UM ESPAÇO DE TRANSIÇÕES E CONTINUIDADES

Rui Miguel Rocha
CH-ULISBOA
ruimrocha92@gmail.com

RESUMO

O Douro- Sul, território mais setentrional do atual distrito de Viseu, foi ao que tudo indica, palco da atuação profunda de inúmeras linhagens nobres medievais. Neste breve estudo, além de averiguar as dimensões dessa atuação, pretendemos essencialmente identificar a existência de espaços de continuidade (com o Norte profundamente senhorializado) e de transição (com o Sul fortemente municipalizado). É muito possível que durante a idade média, este vasto território, pertencente ao Vale do Douro, se tenha identificado muito melhor com a realidade nortenha, do que com o “Sul” ao qual a historiografia, num sentido global, parece associar. Em suma, assente primordialmente na análise dos textos das *Inquirições de 1258*, conhecida fonte portuguesa do século XIII, iremos, a partir de três vetores distintos, determinar as dimensões e características da presença nobre no Douro-Sul, que pode ter estado na gênese das transições e continuidades detetadas no espaço. São esses vetores a distribuição de património; a posse de direitos de padroados; e a distribuição espacial de honras, a partir dos quais iremos também delimitar os principais polos patrimoniais e os espaços mais atrativos do Douro-Sul para a comunidade nobre em meados da centúria de duzentos.

Palavras-chave: Nobreza; Douro-Sul; Séc. XIII; Continuidades; Transições.

ABSTRACT

The Douro-Sul, the norther territory of Viseu, was apparently the stage for the profound activity of countless noble medieval lineages. In this brief study, in addition to ascertaining the dimensions of their performance, we intend to identify the existence of spaces of continuity (with the deeply seigneurial North) and transition (with the strongly municipalized South). It is quite possible that during the Middle Ages this vast territory, belonging to the Douro Valley, identified itself much better with the northern reality than with the “Southern” to which historiography, in a global sense, seems to strongly associate. In sum, based primarily on the analysis of the texts of the “*Inquisitiones of 1258*”, a well-known Portuguese source of the thirteenth century, we will, based on three distinct vectors, determine the dimensions and characteristics of the noble presence in the Douro-Sul, which may have been in the genesis of transitions and continuities detected in the territory. These vectors are the distribution of noble’s patrimony; the parishes patronage rights; and the distribution of “honors”, from which we will also delimit the main patrimonial poles and the most attractive places of the Douro-South for the noble community in the middle of the thirteenth century.

Keywords: Nobility; Douro-Sul; XIII century; Continuity; Transition.

INTRODUÇÃO

No âmbito da dissertação de mestrado em Estudos Medievais, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, decidimos investigar a presença da nobreza no território de Viseu durante o século XIII, por ser um tema de resto bem estudado, mas sem nunca se debruçar de forma sistemática no espaço que agora propomos. De facto, muito se conhece sobre a nobreza do Entre Douro e Minho e do litoral português, mas muito pouco sobre as dinâmicas e comportamentos da aristocracia do interior do reino¹. Após uma primeira análise, muito rapidamente

Viseu, no interior do país, bem como da nobreza que circulava no espaço foi Armando de Almeida Fernandes, cujo papel não se pode deixar de destacar. De entre as dezenas de obras e artigos que produziu destacamos aqui apenas alguns: A. DE ALMEIDA FERNANDES: Dom Egas Moniz de Ribadouro. Editorial Enciclopédia, Lisboa: 1946; Os Bezerra e a torre senhorial de Ferreirim: episódios da deposição de Sancho II. [s.n.], Braga: 1950; Esparsos da História (sécs. XII e XIII): com 143 documentos inéditos (73 do séc. XII). [s.n.], Porto: 1970; A honra de Gouviães e a sua estirpe. Livraria Cruz, Braga: 1971; A história de Lalim. Câmara Municipal de Lamego, Lamego: 1990; Tarouca na história de Portugal. Câmara Municipal de Tarouca, Tarouca: 1990; As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia. Câmara Municipal de Tarouca, Tarouca: 1995; A história de Britiande. Câmara Municipal de Lamego/Junta de Freguesia de Britiande Lamego: 1997; “Povoações do distrito de Viseu”. Revista Beira Alta LXI LXII LXIV LXV LXXI (2001-2012); Tabuaço: Toponímia. Câmara Municipal de Tabuaço, Tabuaço: 2002; Toponímia do concelho de S. João da Pesqueira. Associação da Defesa do Património Arouquense, Arouca: 2003; entre outros.

¹ Não obstante, um autor que deu passos importantes para o aprofundamento do conhecimento da região de

te ficaram claras uma série de diferenças entre a parte mais setentrional (noutros termos – o Douro-Sul) e a parte meridional e sul da região de análise, em torno do rio Vouga, não só de um ponto de vista quantitativo, no que concerne à expressão exclusivamente numérica da implantação nobre, mas também qualitativo, ou seja, no tipo de famílias que se moviam no espaço. Para este artigo trataremos apenas da vertente quantitativa. Partindo desta conjuntura, como não podia deixar de ser, houve a necessidade de compreender a profundidade dessas diferenças encontradas entre o Norte e o Sul do espaço viseense, das quais nasce a certeza de que a identidade do território de Viseu, pela sua complexidade, constrói-se como um *puzzle*, encaixando modelarmente um conjunto muito diversificado de peças, as sub-identidades. Começamos por isolar o segmento mais a norte deste vasto espaço e assim nasceu o tema que aqui apresentamos, ao qual demos o título de “A Presença Nobre no Douro-Sul (séc. XIII) – Apresentação de um Espaço de Transições e Continuidades”. Título este que exige também algumas explicações. Quando declaramos “continuidades” referimo-nos à existência, e cremos nós que isto se torna claro, de um regime profundamente senhoriaisado nos territórios da margem esquerda do rio Douro – decorrente do cenário assumidamente nortenho do reino (que aliás passaria a ser designado por “Norte Senhoriais”) que atravessou o rio Douro e se entranhou no espaço a que hoje chamamos Douro-Sul.

² Termo este cristalizado pela obra de José Mattoso.

Por outro lado, este segmento territorial parece também ser albergue do começo de uma barreira final desse regime, a partir da qual o número e extensão dos espaços privilegiados, bem como dos direitos dos nobres tem uma queda abrupta, sinal óbvia de uma degradação do sistema senhoriais e ascensão do regime municipal. É, portanto, também um espaço de transição.

No início da década de 80 do século passado, José Mattoso afirmou que “mais para o interior, na Beira Alta, os senhores parecem ser muito menos numerosos. Aí situam-se as regiões concelhias, onde as populações rurais se organizam em comunidades que não excluem a hierarquização social, mas tentam resistir à penetração da aristocracia de sangue, com os seus privilégios e isenções”³. Menos de uma década mais tarde, o mesmo autor dizia ainda que o “espaço onde aparece uma rede contínua de concelhos será aquele onde não se pode ter implantado densamente a área senhoriais”⁴, anunciando assim a incompatibilidade entre o regime senhoriais e municipal. Este parece ser o ponto de partida para algumas desconfianças relativas à margem esquerda do Douro.

De forma muito sucinta, o grande objetivo a que nos propomos é determinar a extensão da presença da nobreza no Douro-Sul, e deste modo

³ J. MATTOSO: Ricos-homens, infanções e cavaleiros. Círculo de Leitores, Lisboa: 2001, 56.

⁴ J. MATTOSO: Identificação de um País «Oposição-Composição»: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325). Círculo de Leitores – Temas e Debates, Lisboa: 2015, 77.

provar que durante a idade média, este vasto território, pertencente ao Vale do Douro, se identificou muito melhor com a realidade nortenha, com a qual é possível estabelecer um quadro sólido de paralelismos, do que com a realidade do Sul. Este facto revela também um anacronismo latente entre a organização espacial da época medieval e do presente, no qual este espaço, marca atualmente a transição entre o Centro e o Norte de Portugal. Para a realização daquilo a que nos propomos analisaremos de seguida três vetores, que articulados acreditamos serem um reflexo evidente do nível da influência que a nobreza exercia. São eles: o património; os direitos de padroados; e a existência de territórios privilegiados, nomeadamente as Honras.

Mas antes convém ainda esclarecer dois aspetos muito breves: as fontes e a definição concreta do espaço. Começamos pelo primeiro. Para a concretização dos objetivos enunciados utilizamos sobretudo uma conhecida fonte do século XIII – as Inquirições de 1258⁵. D. Afonso III, ao assumir o trono, contempla a necessidade de averiguar por todo o reino, o património detido pela coroa. Nesse sentido, no ano de 1258 ordenou as inquirições, inquéritos que pretendiam conhecer as terras regalengas e foreiras, os direitos de padroado, os coutos, as honras, as herdades da nobreza e das ordens reli-

giosas, e todos os tributos que lhe eram devidos. Naturalmente, deste ato governativo resultou uma lista detalhada da propriedade e direitos detidos pela nobreza, o que permite então a presente investigação.

Quanto ao espaço entende-se por Douro-Sul o território limitado a Norte como é óbvio pelo rio Douro, e a Sul, pelos maciços montanhosos do Montemuro e de Leomil, a este, pelo rio Paiva e a oeste, pelo rio Côa, grosso modo, de um ponto de vista administrativo, o espaço que engloba os atuais concelhos de Cinfães, Resende, Lamego, Tarouca, Armamar, Moimenta da Beira, Tabuaço, S. João da Pesqueira, Sernancelhe e Penedono. Não obstante, a colocação geográfica mais pertinente para a análise comparativa necessária à compreensão da evolução identitária do espaço, e da penetração da nobreza, bem como dos fenómenos de continuidade e transição é naturalmente todo o espaço do território de Viseu, que corresponde à totalidade do atual distrito viseense.

1. O PATRIMÓNIO NOBRE

Vejamus então, de forma muito sucinta, o primeiro critério de análise para a caracterização do território de Viseu e do Douro-Sul: o património detido pela nobreza. Quanto a isto é importante sublinhar que o Douro-Sul abrange pouco mais de 1/3 do distrito de Viseu, ou seja, menos de 1800 de um total de 5007 km². Como tal, o

⁵ *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*. Olisipone (Lisboa: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977). Fasc. 6 (1918).



Imagem 1.

restante território equivale a quase duas vezes mais que o espaço que nos propomos analisar. Tendo este dado em conta, depois de quantificar o património nobre existente verifica-se que 55% e, portanto, mais de metade dos bens na posse da nobreza na totalidade do território de Viseu, localizam-se no Douro-Sul, enquanto que apenas 45% desse património se insere no restante espaço, evidentemente bem mais lato. Estes valores são ainda mais evidentes da realidade de continuidade, e de transição, que enunciamos se repararmos que destes 55%, quase metade (cerca de 25%) dos bens localizam-se exclusivamente dentro dos limites atuais do concelho de Cinfães, em plena região do Douro-Sul. Isto é sobretudo, um claro indicador que o segmento territorial entre o Douro e Paiva deveria ser altamente povoado pela aristocracia, apresentando uma demografia nobre muito próxima daquela que a historiografia prevê que fosse possível encontrar na margem direita do rio Douro, em meados da centúria de duzentos. Numa posição inferior à de Cinfães, mas ainda assim de destaque, salientam-se os concelhos vizinhos de Resende e Lamego, dispostos de igual forma ao longo do curso fluvial do Douro, e que apresentavam também uma concentração de património nobre assinalável. Daqui resulta um vazio na rede patrimonial, sobretudo entre as serras de Montemuro e Leomil e o curso médio do rio Vouga.

Denota-se, portanto, uma clara concentração de património nobre na

margem esquerda do Douro, em reflexo evidente, num primeiro momento, de uma continuidade da realidade existente no Entre Douro e Minho, bem como uma conjuntura de transição à medida que se progride para sul.

Distribuição geográfica do Património Nobre

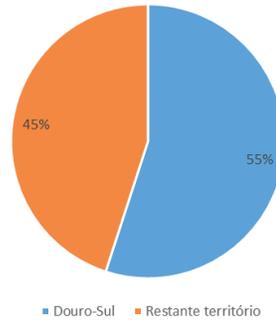


Imagem 2.

2. DIREITOS DE PADROADO

Quanto ao segundo vetor, os direitos de Padroado, não cremos que a questão seja tão linear, pois está sujeita a outras apreciações. Não basta aqui observar as paróquias que estavam sobre a égide de um senhor nobre. É necessário pois considerar a distribuição deste tipo de prerrogativas pela Coroa, nobreza, clero e paroquianos, para assim perceber o aumento, ou diminuição, da influência da aristocracia num dado espaço, e para ser possível proceder a algumas comparações territoriais. Ora, Luís Carlos Amaral explica que o “exercício do padroado materializava-se na prática num conjunto de privilégios inerentes a dois grandes direitos: o

“*ius praesentandi*” e o “*ius fruendi*”⁶. O primeiro diz respeito ao poder de nomeação do reitor de uma igreja, ou por outras palavras, “no indigitamento de uma pessoa idónea para um benefício eclesiástico quando o mesmo entrasse em vacatura”⁷; enquanto o segundo corresponde ao usufruto de vários benefícios, relativamente à paróquia de que era padroeiro. Como tal, é inegável de que a análise do exercício dos direitos de padroado, reflete fidedignamente o nível de autoridade e influência gozado por cada grupo social no espaço.

Das 46 paróquias do Douro-Sul em que é possível determinar o padroeiro, sabemos que cerca de 26% está na posse da nobreza, em paridade com o Clero. Não obstante, tanto a Coroa como os paroquianos têm valores muitíssimo próximos, atingindo cada um 24%, valores estes, diga-se, bastante equilibrados entre si, o que não dá uma imagem de todo hegemónica da aristocracia no Douro-Sul. Ora, no restante território existe uma queda significativa para a Coroa e Clero, que atingem os valores de 8% e 7% respetivamente, enquanto que o grupo nobiliárquico parece ver a sua influência aumentar, sendo detentor dos direitos

de padroado de 36% das paróquias. Cremos, no entanto, que estes números são um tanto ao quanto ilusórios pois o grande aumento deste tipo de direitos na posse de paroquianos, que ultrapassa os 49%, reflete sobretudo o desenvolvimento de um Portugal concelhio. De qualquer das formas, depois do Douro-Sul, quanto mais avançamos para sul, como aliás se pode verificar no mapa seguinte, menos influência tem o grupo nobiliárquico no espaço. Se nos focarmos no espaço limitado pelos rios Vouga e Mondego, rapidamente verificamos que existe uma quebra significativa dos padroados nobres. Por esta razão, continuamos convictos de que a fronteira sul do Douro-Sul foi a barreira, a partir da qual o regime senhorial se começou a degradar, mas de forma gradual, e não imediata, sendo o regime senhorial substituído pelo municipalismo progressivamente até quase desaparecer nas margens do mondego.

Direitos de Padroado no Douro-Sul

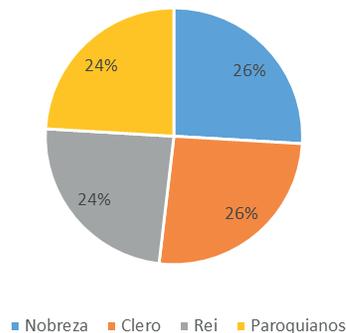


Imagem 3.

⁶ L. AMARAL: S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV: estudo de gestão agrária. Edição Cosmos, Lisboa: 1994, 173.

⁷ Mário Farelo esclarece ainda que este tipo de privilégio foi o “mais importante no conjunto destas prerrogativas, a julgar pelo facto de ter sido o único sujeito a confirmação episcopal e aquele que mais traços deixou na documentação” (M. FARELO: “O direito de padroado na Lisboa medieval”. Promontoria, 4 (2006), 267).

Direitos de Padroado no restante território de Viseu

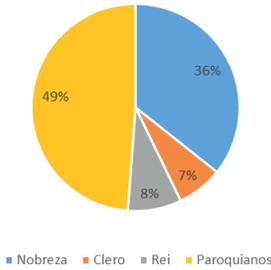


Imagem 4.

3. AS HONRAS

Vejamos por fim, o terceiro e último vetor, mais uma vez exemplificativo do carácter contínuo do território em relação ao Entre Douro e Minho, mas também de transição em relação aos espaços a sul: a existência e proliferação de territórios honrados no Douro-Sul. Nas palavras de Aníbal Pacheco, as honras são “circunscrições territoriais com autonomia jurisdicional e administrativa, próxima da dos Concelhos, tipicamente senhorial, surgindo na Idade Média, por iniciativa de um nobre, que pela sua qualidade, honrava determinado território, impondo dessa forma, a sua existência ao poder régio”⁸. Pela própria definição, fica claro que a existência e difusão deste tipo de circunscrições administrativas apenas se manifestava de forma significativa em territórios cuja autoridade régia fosse restrita, ou pelo menos, em espaços onde a Coroa reconhecesse a existência de poderes concorrentes a si mesma. Como consequência,

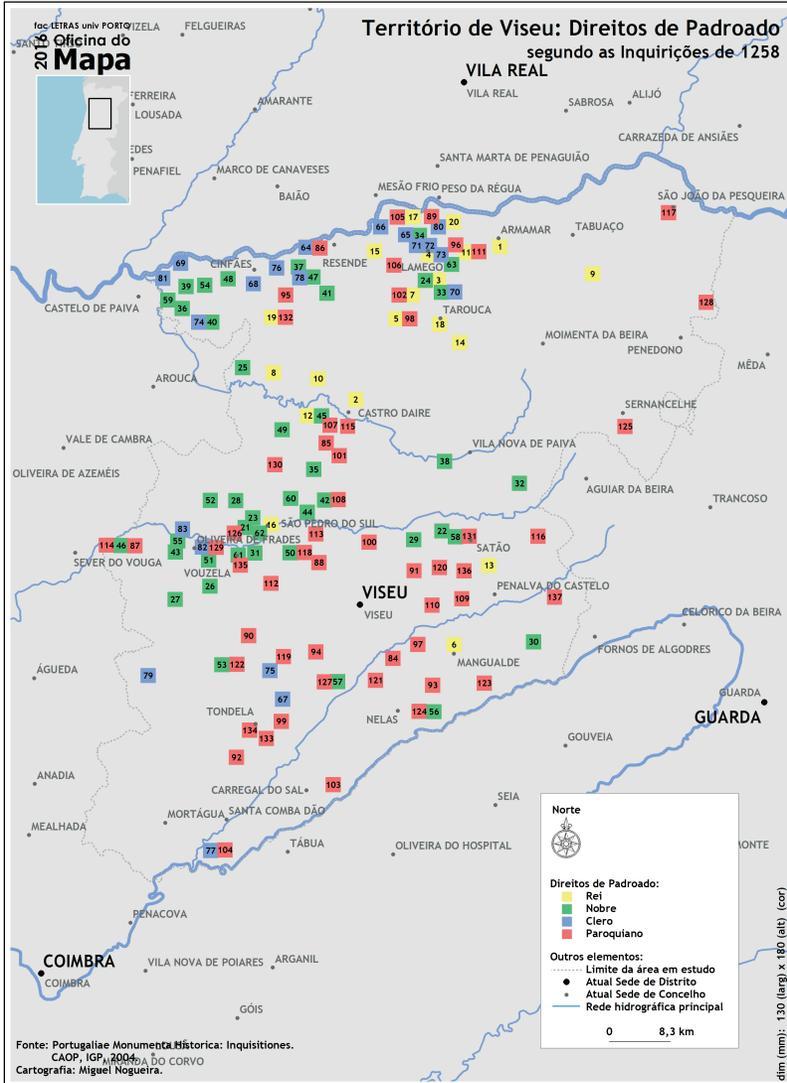
⁸ A. LOPES CARDOSO: A Honra de Barbosa: subsídios para a sua história institucional. Livraria Esquina, Porto: 2005, 16.

a existência preponderante de honras em espaços em concreto, acaba por resultar num forte sinal de que as comunidades locais reconheciam uma certa hierarquização liderada pela aristocracia de sangue, e evidentemente de que estamos perante um espaço de forte cunho senhorial. Após a análise dos dados, a existência de um grande número de honras nos concelhos da margem Sul do Douro, nomeadamente Cinfães, Resende e Lamego, é por demais evidente, especialmente se comparada com o restante território do distrito de Viseu. Das 39 Honras detetadas no distrito de Viseu, 34 localizam-se no Douro-Sul, o que corresponde a 87% do total. Valor este muito significativo e que aponta para este espaço como um prolongamento evidente dos espaços da margem direita do rio Douro, e por outro lado, o ponto de clivagem com o sul. Mais uma vez, a realidade dos concelhos em estudo seria muito semelhante ao que se passava no Norte Senhorial, onde as honras representavam uma forma comum do exercício de poder e de administração do território.

CONCLUSÕES

A primeira conclusão a retirar desta breve análise da presença da nobreza no território de Viseu, é que as Inquirições de 1258, fonte portuguesa de inestimável valor do século XIII, são um testemunho incontornável da atração do referido grupo social ao Douro-Sul.

Em suma, no decorrer da investigação, foi-se tornando cada vez mais



1: Igreja de S. Miguel de Armamar | 2: Igreja de S. Pedro de Castro Daire | 3: Igreja de S. Miguel de Belver | 4: Igreja Matriz de Lamego | 5: Igreja de S. Miguel de Lazarim | 6: Igreja de S. Julião de Azurara | 7: Igreja de Santa Maria de Meijinhos | 8: Igreja de S. João de Parada | 9: Mosteiro de S. Pedro das Águas | 10: Igreja de S. João de Pinheiro | 11: Igreja de S. Pedro de Queimada | 12: Igreja de S. Martinho de Retz | 13: Igreja de Rio de Molinhos | 14: Mosteiro de S. João de Tarouca | 15: Igreja de S. Martinho dos Mouros | 16: Igreja de S. Pedro do Sul | 17: Igreja de S. Pedro de Samodães | 18: Igreja de S. Pedro de Tarouca | 19: Igreja de Santa Cristina de Tendais | 20: Igreja de S. Martinho de Valdeigim | 21: Igreja de Santa Eulália de Baiões | 22: Igreja de Santa Maria de Barreiros | 23: Igreja de S. João de Bordinhos | 24: Igreja de S. Silvestre de Britilande | 25: Mosteiro de Baltar | 26: Igreja de S. Julião de Cambra | 27: Igreja de S. Miguel de Campa | 28: Igreja de Santiago de Cavalhais | 29: Igreja de Santiago de Cepões | 30: Igreja de Santa Maria de Castro de Tavares | 31: Igreja de Fofosga | 32: Igreja de Ferreira | 33: Igreja de Santa Maria de Mós | 34: Igreja de Santa Maria de Ferreiros | 35: Igreja de S. Salvador de Figueiredo | 36: Igreja de S. Martinho de Fornos | 37: Igreja de Santa Maria de Fregal | 38: Igreja de S. Paio de Fraguas | 39: Igreja de S. Martinho de Moimenta | 40: Igreja de Santa Maria da Nespereira | 41: Igreja de S. Paio de Ovadas | 42: Igreja de Santa Maria de Pindelo | 43: Igreja de Santa Maria de Pinheiro | 44: Igreja de S. João de Pinho | 45: Igreja de S. Martinho de Retz | 46: Igreja de S. Miguel de Ribeira | 47: Igreja de S. Cipriano | 48: Igreja de S. Cristóvão de Noqueira | 49: Igreja de S. Martinho de Cavanhão | 50: Igreja de S. Miguel do Mato | 51: Igreja de S. Vicente de Lafões | 52: Igreja de S. Hamede de Barros | 53: Igreja de Santiago de Bosteiros | 54: Igreja de Santiago de Prades | 55: Igreja de Seixas | 56: Igreja de Santa Maria de Senhorim | 57: Igreja de Santa Maria da Nespereira | 58: Igreja de Santa Maria de Silgueiros | 59: Igreja de Santa Maria de Sátão | 60: Igreja de Santa Maria de Vila Maior | 61: Igreja de Vouzela | 62: Igreja de Santa Maria de Varzea | 63: Igreja de S. Pedro de Varzea | 64: Igreja de S. Miguel de Arreade | 65: Igreja de S. João de Anves | 66: Igreja de Santa Maria de Banti | 67: Igreja de Santa Maria de Canas | 68: Igreja de S. João de Cinfães | 69: Igreja de S. Cristóvão de Espadaredo | 70: Igreja de Santa Maria de Mós | 71: Igreja de Santa Maria de Almaceia | 72: Igreja de S. Pedro de Balsemao | 73: Igreja de S. Pedro de Balsemao | 74: Igreja de Santo Erício | 75: Igreja de Fraguas | 76: Igreja de S. Miguel de Oliveira | 77: Igreja de Ova | 78: Igreja de S. Cipriano | 79: Igreja de S. João do Monte de Alcoa | 80: Igreja de Santiago de Sande | 81: Igreja de Santo André de Souselo | 82: Igreja de Souto de Lafões | 83: Igreja de S. Martinho de Cambras | 84: Igreja de S. João de Caparosa | 85: Igreja de S. Martinho de Alva | 86: Igreja de S. Miguel de Arreade | 87: Igreja de S. Pedro de Arcezelio | 88: Igreja de S. Miguel de Bodosa | 89: Igreja de S. Martinho de Cambres | 90: Igreja de Caparosa | 91: Igreja de Santo Isidoro de Cavenães | 92: Igreja de Dardavaz | 93: Igreja de Espinho | 94: Igreja de S. Cipriano de Fail | 95: Igreja de S. João de Ova | 96: Igreja de S. João de Figueira | 97: Igreja de Fornos | 98: Igreja de S. Miguel de Lazarim | 99: Igreja de S. Pedro de Loba | 100: Igreja de S. Pedro de Loba | 101: Igreja de S. Miguel de Mamuroso | 102: Igreja de Santa Maria de Meijinhos | 103: Igreja de S. Pedro de Vila do Conde | 104: Igreja de Ova | 105: Igreja de S. Salvador de Penajóia | 106: Igreja de S. Pedro de Penajóia | 107: Igreja de Santa Maria de Popim | 108: Igreja de Santa Maria de Pindelo | 109: Igreja de Pindo | 110: Igreja de S. Pedro de Povoadelo | 111: Igreja de S. Pedro de Queimada | 112: Igreja de S. Miguel de Queira | 113: Igreja de Santa Maria de Ribafreita | 114: Igreja de S. Miguel de Ribeira | 115: Igreja de Santo André de Ribolhos | 116: Igreja de S. João de Santarém | 117: Igreja de S. João da Pesqueira | 118: Igreja de S. Miguel do Mato | 119: Igreja de S. Miguel do Outeiro | 120: Igreja de S. Pedro de France | 121: Igreja de S. Pedro de France | 122: Igreja de Santiago de Besteiros | 123: Igreja de Santiago de Casurres | 124: Igreja de Santa Maria de Senhorim | 125: Igreja de S. João de Sernancelhe | 126: Igreja de S. Salvador de Serrazes | 127: Igreja de Santa Maria de Silgueiros | 128: Igreja de S. Pedro de Souto | 129: Igreja de Souto de Lafões | 130: Igreja de Santo Adrião do Sul | 131: Igreja de Santa Maria de Sátão | 132: Igreja de Santa Cristina de Tendais | 133: Igreja de S. Salvador de Tonda | 134: Igreja de Tondela | 135: Igreja de Santa Maria de Ventosa | 136: Igreja de S. Miguel de Vila Boa | 137: Igreja de Vila Nova de Covelo

Imagem 5.

clara a percepção de que o território de Viseu não se apresenta de todo como o espaço homogéneo, que prevíamos inicialmente, pois albergava dentro de si realidades distintas, com alguma mobilidade, e aparentemente sem uma fronteira bem definida. No entanto, é seguro afirmar que os concelhos da margem esquerda do Douro, ou novamente, aquilo a que genericamente se pode chamar de Douro-Sul, no qual se destacam concelhos como Cinfães, Resende e Lamego, apresentam uma estrutura de forte cunho senhorial, com maior aceitação da implantação de nobres, quase como se falássemos de uma extensão talvez menos expressiva, do Norte Senhorial. – portanto um espaço de continuidade. Já nos concelhos mais para o interior e Sul, parece não haver tanta penetração de nobres, e esta forma de organização é substituída por estruturas concelhias, nas quais a Coroa era detentora de maior controlo e influência, o que significa, que se verifica igualmente um carácter de transição, ou rutura, com as realidades até então vigentes de que falávamos.

Resumindo e concluído, retomamos a evocação que o título que apresentamos inicialmente pretendia transmitir: de acordo com os valores de património, da distribuição dos direitos de padroado, e da existência de honras, o Douro-Sul foi, durante o século XIII, um espaço profundamente marcado pela articulação de dois conceitos antagónicos - transição e continuidade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fonte

Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones. Olisipone (Lisboa: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977). Fasc. 6 (1918);

Bibliografia

- A. DE ALMEIDA FERNANDES: Dom Egas Moniz de Ribadouro. Editorial Enciclopédia, Lisboa: 1946;
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: Os Bezerra e a torre senhorial de Ferreirim: episódios da deposição de Sancho II. [s.n.], Braga: 1950;
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: Esparsos da História (sécs. XII e XIII): com 143 documentos inéditos (73 do séc. XII). [s.n.], Porto: 1970;
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: A honra de Gouvães e a sua estirpe. Livraria Cruz, Braga: 1971;
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: A história de Lalim. Câmara Municipal de Lamego, Lamego: 1990;
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: Tarouca na história de Portugal. Câmara Municipal de Tarouca, Tarouca: 1990;
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia. Câmara Municipal de Tarouca, Tarouca: 1995;
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: A história de Britiande. Câmara Municipal de Lamego/Junta de Freguesia de Britiande Lamego: 1997;

- A. DE ALMEIDA FERNANDES: “Povoações do distrito de Viseu”. Revista Beira Alta LXI LXII LXIV LXV LXXI (2001-2012);
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: Tabuaço: Toponímia. Câmara Municipal de Tabuaço, Tabuaço: 2002;
- A. DE ALMEIDA FERNANDES: Toponímia do concelho de S. João da Pesqueira. Associação da Defesa do Património Arouquense, Arouca: 2003;
- A. LOPES CARDOSO: A Honra de Barbosa: subsídios para a sua história institucional. Livraria Esquina, Porto: 2005;
- J. MATTOSO: Ricos-homens, infanções e cavaleiros. Círculo de Leitores, Lisboa: 2001;
- J. MATTOSO: Identificação de um País «Oposição-Composição»: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325). Círculo de Leitores – Temas e Debates, Lisboa: 2015;
- L. AMARAL: S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV: estudo de gestão agrária. Edição Cosmos, Lisboa: 1994;
- M. FARELO: “O direito de padroado na Lisboa medieval”. Promontoria, 4 (2006), 267-289;